

APROVADO
03 / 03 / 17
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 005/17, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

“Modifica a Lei Municipal n. 1.201/07 alterando a data-base da revisão geral salarial dos servidores e agentes políticos, concede a revisão geral de agosto a dezembro de 2016 e dá outras providências”.

Faço saber que a CAMÃRA MUNICIPAL DE PONTALINA, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 37, X, da Constituição Federal aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada o art. 1º da Lei Municipal n. 1.201/07 a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica permitida a revisão geral anual dos subsídios dos agentes políticos e da remuneração dos servidores públicos municipais, no mês de janeiro de cada ano, segundo a variação do INPC ou de índice que venha a substituí-lo, mediante lei específica.”

Art. 2º – Fica concedida a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos efetivos ativos e inativos do município de Pontalina, no percentual correspondente à variação do INPC/IBGE no período de 01/08/16 à 31/12/16, nos termos do inciso X do art. 37 da Constituição Federal e da Lei Municipal n. 1.201/07.

Art. 3º - Deverá a Secretaria Municipal de Administração realizar a atualização da tabela salarial prevista no ANEXO III da Lei Municipal n. 1.214-A/08.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os atos financeiros retroativos a 01/02/17 e revogadas as demais disposições em contrário.

Prefeitura de Pontalina, aos 20 de fevereiro de 2017.



MILTON RICARDO DE PAIVA
Prefeito Municipal

RECEBEMOS
EM 21 / 02 / 17
Câmara Municipal de Pontalina

Handwritten signature
APROVADO
03 / 03 / 17
Presidente

JUSTIFICATIVAS AO PROJETO DE LEI N. 005 /17

Senhor Presidente,

Ilustres Vereadores,

Estamos encaminhando proposta de lei municipal representada pelo Projeto de Lei n. 005/17 que *"Modifica a Lei Municipal n. 1.201/07 alterando a data-base da revisão geral salarial dos servidores e agentes políticos, concede a revisão geral de agosto a dezembro de 2016 e dá outras providências"*.

A matéria de que trata a presente proposição de lei municipal tem por objetivo fixar a data-base para revisão salarial dos servidores no mês de janeiro, pois, no mês de janeiro ocorre o reajuste do salário mínimo nacional e alguns servidores são contemplados com o reajuste do mínimo.

Além disso, o projeto de lei municipal tem por objetivo assegurar aos servidores municipais a revisão geral anual prevista na Lei Municipal n. 1.201/07.

Reiteramos que a revisão geral anual dos servidores públicos foi instituída desde o ano 2007 e, por isso, é dever da administração, mediante lei específica, conceder, anualmente, a referida atualização monetária a fim de recompor o poder de compra dos vencimentos, bem como para assegurar uma política de valorização de todos os servidores públicos municipais.

Ressaltamos que a última revisão anual alcançou a inflação do mês de julho do ano passado, portanto, falta apenas a reposição inflacionária do período de agosto à dezembro de 2016.

A revisão geral anual está prevista na Constituição Federal que assim estabelece, *in verbis*:

"X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices."

Na apuração do percentual de reajuste deverá ser assegurada a variação da inflação no período de agosto à dezembro de 2006 de acordo com o INPC/IGE conforme se vê no seguinte quadro demonstrativo:

RECEBEMOS
EM 21/02/17
Handwritten signature

APROVADO
03/03/17
Presidente

Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)	Número índice acumulado a partir de Jan/93
Jan/2017	0,42	0,4200	5,4355	1.284,6394
Dez/2016	0,14	6,5800	6,5800	1.279,2665
Nov/2016	0,07	6,4310	7,3888	1.277,4780
Out/2016	0,17	6,3565	8,5049	1.276,5844
Set/2016	0,08	6,1760	9,1548	1.274,4179
Ago/2016	0,31	6,0911	9,6238	1.273,3991
Jul/2016	0,64	5,7633	9,5582	1.269,4638
Jun/2016	0,47	5,0907	9,4929	1.261,3909
Mai/2016	0,98	4,5991	9,8199	1.255,4901
Abr/2016	0,64	3,5840	9,8307	1.243,3057
Mar/2016	0,44	2,9252	9,9071	1.235,3991
Fev/2016	0,95	2,4743	11,0780	1.229,9872
Jan/2016	1,51	1,5100	11,3091	1.218,4122

Dessa forma, tendo em vista o interesse público da matéria esperamos seja aprovado o projeto de lei supracitado, na forma regimental.

Atenciosamente,


MILTON RICARDO DE PAIVA
Prefeito Municipal

RECEBEMOS
EM 21/02/17
Câmara Municipal de Pontalina



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTALINA

O PODER DA CIDADANIA


aprovado
APROVADO
03 / 03 / 17
Presidente

= COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL =

PARECER

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebeu por distribuição, para estudo e emissão de Parecer, o Projeto de Lei nº 005/17 que "Modifica a Lei Municipal n. 1.201/07, alterando a data base da revisão geral salarial dos servidores e agentes políticos, concede a revisão geral de agosto a dezembro de 2.016 e dá outras providências", de autoria do Poder Executivo; Após analisarem minuciosamente o Projeto em epigrafe, emitiram parecer pela legalidade e constitucionalidade do mesmo.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Pontalina, ao 01(Primeiro) dias do mês de Março de 2.017.


= WEMERSON WERLER VIEIRA =
Presidente.


= NOEDSON SANTIAGO DA SILVA =
Relator.


=LAURO FERNANDES CORREIA =
Membro.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTALINA

O PODER DA CIDADANIA

APROVADO
03/03/17
Presidente

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E ECONOMIA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 005/2017

I – RELATÓRIO

O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei nº 005/2017, de autoria do Prefeito Municipal de Pontalina, Sr. Milton Ricardo de Paiva, que “Modifica a Lei Municipal nº 1.201/2007, alterando a data-base da revisão geral salarial dos servidores e agentes políticos, concede a revisão geral de agosto a dezembro de 2016 e dá outras providências”.

A propositura em questão foi apresentada em Plenário, e em continuidade ao processo legislativo foi encaminhada a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, para análise de seus aspectos de caráter financeiro e tributário, nos termos do disposto pelo artigo 73 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pontalina-GO.

Recebida a propositura pela Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, foi designado como Relator o Vereador, Sr. José Eurípedes Alves.

VOTO DO RELATOR

Inicialmente, verifico que foi observado que a matéria apresentada tem natureza financeira definida no art. 73, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pontalina, tendo em vista se refere a revisão geral anual de vencimentos do funcionalismo público municipal e agentes políticos, cuja despesa já está prevista nas Leis Orçamentárias Municipais; estando, desta forma, em condições de ser aprovado no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar.

Analiso, ainda, que o conteúdo do Projeto de Lei nº 005/2017 apresentado é de interesse público e atende aos anseios da sociedade, visto que trata da revisão geral anual a ser concedida aos servidores efetivos, cujo direito está previsto na



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTALINA**

O PODER DA CIDADANIA

03/03/17
APROVADO
Presidente

Constituição Federal, art. 37, X, observando-se o índice da inflação INPC/IBGE acumulado no período, sendo necessário a Prefeitura apresentar esse projeto de lei.

No projeto em análise tem-se duas finalidades, sendo uma para alterar a data base da revisão geral anual dos agentes políticos e dos servidores municipais de agosto para janeiro de cada ano; assim como a concessão de revisão geral anual para o período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Em face do exposto, considero o Projeto de Lei nº 005/2017 pela compatibilidade orçamentária da propositura, sendo o meu voto favorável à aprovação.

VOTO DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E ECONOMIA

Apresentado o Voto do Vereador Relator, a Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, reuniu-se no dia 01/03/2017, e após discutida a matéria, decide acolher o parecer do Relator, manifestando pela compatibilidade orçamentária da propositura e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 005/2017.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Pontalina, ao 01º dia do mês de março do ano de 2017.

RONILTO DE OLIVEIRA

Presidente

JOSÉ EURÍPEDES ALVES

Relator

RENATO CASSIMIRO DE ALMEIDA

Membro